



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### VARA DO TRABALHO DE TUPÃ – 0065

[ 1001 a 1500 processos ]

Aos 07 dias do mês de fevereiro de 2017, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 01/2017, divulgado em 12/01/2017 no DEJT (Edição 2146/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 03 e 04. Presente o Juiz Titular Pedro Marcos Olivier Sanzovo. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
<b>Jurisdição Atendida:</b>	ARCO-IRIS, BASTOS, HERCULANDIA, IACRI, PARAPUA, QUEIROZ, QUINTANA, RINOPOLIS, TUPA
<b>Lei de Criação:</b>	7.729/89
<b>Data de Instalação:</b>	01/12/1990
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	26/02/2014
<b>Data da Última Correição:</b>	29/02/2016
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	12 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	88 %



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
PEDRO MARCOS OLIVIER SANZOVO	29/10/2007

### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO	SUBSTITUTO
13/04/2016 a 12/05/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO
14/06/2016 a 18/06/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
24/06/2016 a 01/07/2016	LICENCA P/TRATAMENTO	SEM SUBSTITUTO
17/08/2016 a 15/09/2016	FERIAS	SEM SUBSTITUTO



**2 - JUIZES AUXILIARES [01/03/2016 a 24/01/2017]:**

*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
MOUZART LUIS SILVA BRENES	13/05/2016 a 15/05/2016

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALINE BIELAWSKI	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	10/11/2014
ANTONIO BALBO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	14/02/2005
CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	AJ-OJA	-	27/12/1990
GISELI MARTINS RODRIGUES MALLIO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	18/04/2015
LUIS HENRIQUE PEREIRA MARTIN	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	20/08/1999
MARCIA REGINA BOMBARDA DE PONTES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/10/1994
MARCO ANTONIO BOCCHI PEREIRA	AJ-OJA	-	27/05/2002
PAULO ROBERTO DESSY MARTINEZ	REQ	FC-01 EXECUTANTE	22/07/1991
ROBERTO MITSUO KAWANO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/02/1997
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	AJA	FC-04 CALCULISTA	06/06/1997
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>8</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>2</b>
<b>LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT</b>			<b>11-12 + 3 OJ</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA CASAMENTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	60
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
GRAZIELLA CRISTINA GONCALVES SOARES	INSTITUIÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO CULTURA	31/03/2015
LUCAS AUGUSTO FELIX DA SILVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016
VINICIUS GARCIA LIMA PINTO	INSTITUIÇÃO DOM BOSCO DE ENSINO CULTURA	17/03/2015



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [31/12/2016]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

SERVIDORES	HORAS
ALINE BIELAWSKI	415
ANTONIO BALBO	120
CARLOS DOS SANTOS CALDEIRA	240
GISELI MARTINS RODRIGUES MALLIO	240
LUIS HENRIQUE PEREIRA MARTIN	370
SORAIA RAQUEL SATO KAWANO	350



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	236	424	---
	Aguardando encerramento da instrução	223	335	---
	Aguardando prolação de sentença	10	97	---
	Aguardando cumprimento de acordo	182	225	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	933	1.493	---
	<b>Subtotal</b>		<b>1.115</b>	<b>1.718</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	92	164	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	127	96	---
	<b>Subtotal</b>		<b>219</b>	<b>260</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	347	561	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	5	44	---
	<b>Subtotal</b>		<b>352</b>	<b>605</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	21	---
	<b>TOTAL</b>	<b>1.686</b>	<b>2.583</b>	---



**5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>RESOLVIDOS</b>	<b>PENDENTES</b>
Embargos de declaração	78	81	0
Exceções de Incompetência	17	15	2
Antecipações de Tutela	174	174	1
Impugnações à Sentença de Liquidação	24	30	4
Embargos à Execução	39	44	12
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	9	8	2
<b>TOTAIS</b>	<b>342</b>	<b>352</b>	<b>22</b>



**6 - RECURSOS [03/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	332	333	3
Recurso Adesivo	66	66	0
Agravo de petição	49	45	3
Agravo de Instrumento	6	6	2
<b>TOTAIS</b>	<b>453</b>	<b>450</b>	<b>8</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	509	75	121	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	770	136	226	---
<b>Total / Média</b>	<b>1.279</b>	<b>112</b>	<b>199</b>	<b>---</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	502	76	129	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	754	137	238	---
<b>Total / Média</b>	<b>1.256</b>	<b>112</b>	<b>210</b>	<b>---</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	126	7	32	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	425	8	44	---
<b>Total / Média</b>	<b>551</b>	<b>8</b>	<b>41</b>	<b>---</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	130	67	142	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	290	150	154	---
<b>Total / Média</b>	<b>420</b>	<b>125</b>	<b>151</b>	<b>---</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	207	891	1.856	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	39	484	595	---
<b>Total / Média</b>	<b>246</b>	<b>826</b>	<b>1.642</b>	<b>---</b>

\*Do início até a extinção da execução

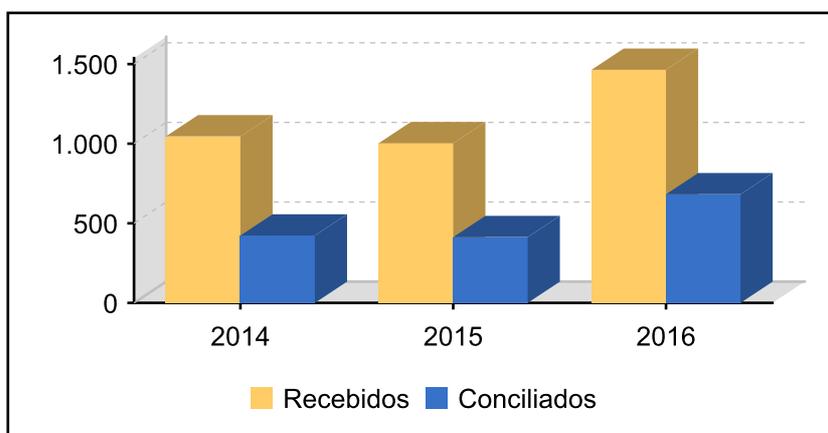


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

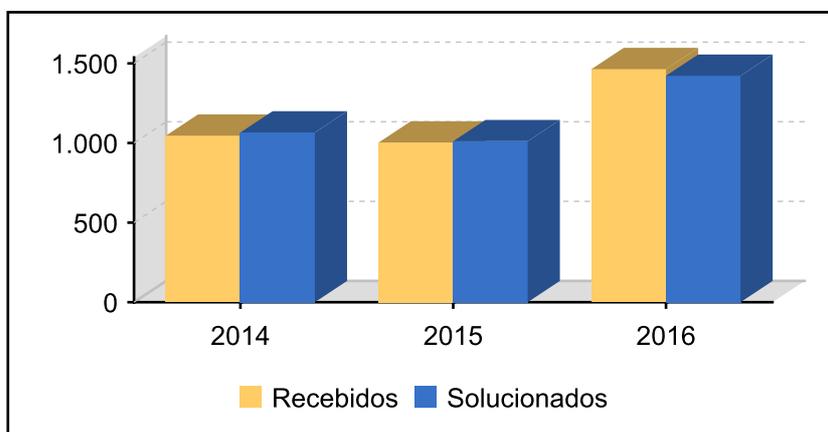
### 8.1 - Índice de conciliações [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.046	423	40,44
2015	1.003	413	41,18
2016	1.464	682	46,58



### 8.2 - Índice de soluções [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.046	1.066	101,91
2015	1.003	1.011	100,80
2016	1.464	1.422	97,13



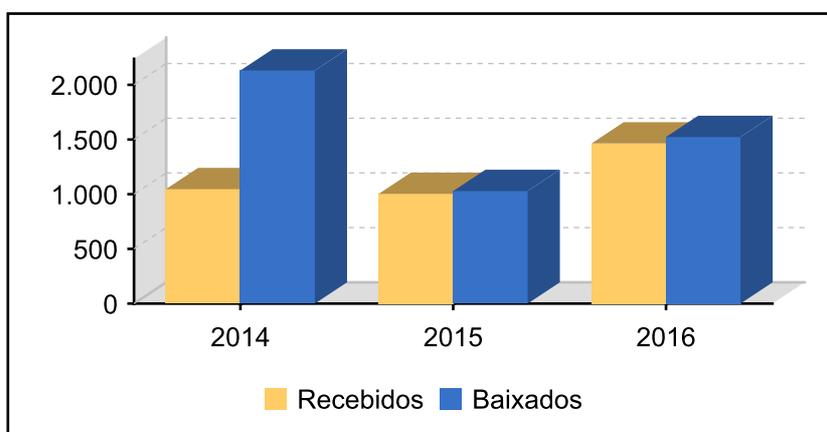


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

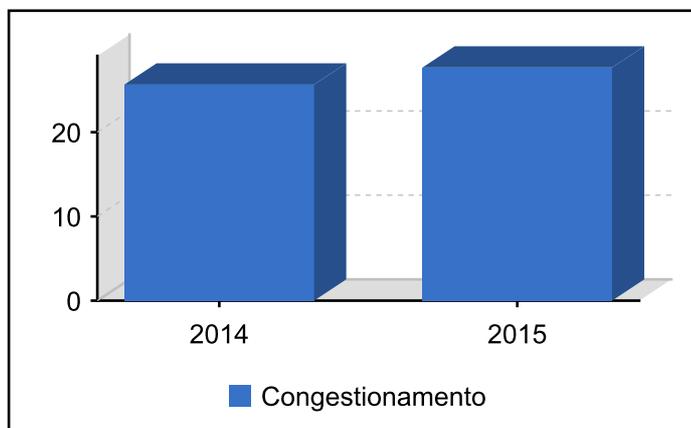
### 8.3 - Índice de baixas [até 12/2016]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.046	2.131	203,73
2015	1.003	1.029	102,59
2016	1.464	1.523	104,03



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	388	1.046	1.066	25,66
2015	395	1.003	1.011	27,68

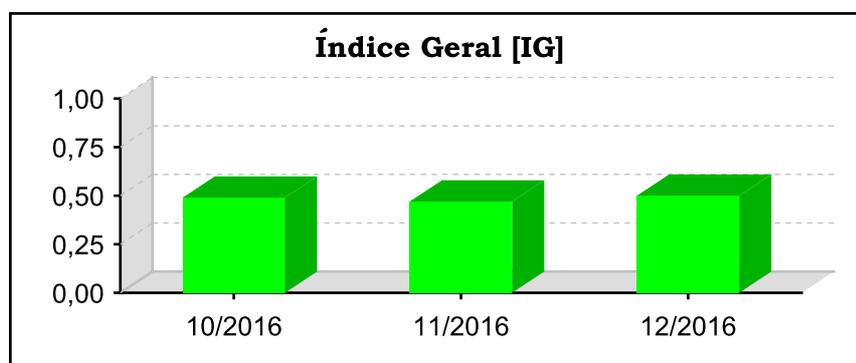
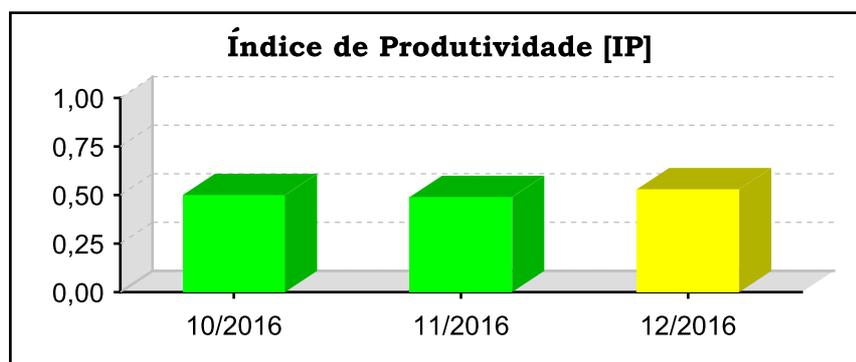
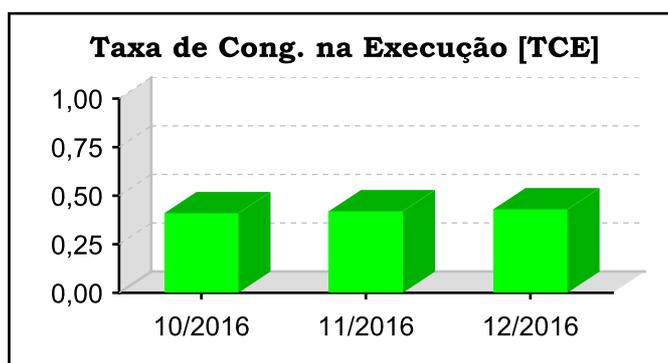
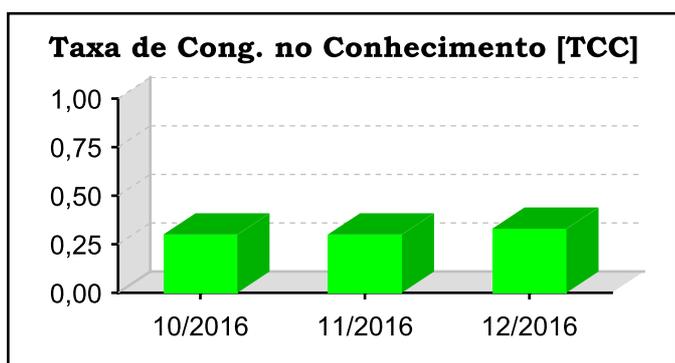




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
10/2016	0,30	0,41	0,50	0,49
11/2016	0,30	0,42	0,49	0,47
12/2016	0,33	0,43	0,53	0,50





### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	682	56,8	58,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	661	55,1	56,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.343	111,9	114,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	79	6,6	6,7
Incidentes Processuais Resolvidos	431	35,9	36,7
Dias-Juiz	352	29,3	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	13.798	47,9	43,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	12.814	44,5	40,1
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	26.612	92,4	83,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	3.929	13,6	12,3
Incidentes Processuais Resolvidos	9.444	32,8	29,6
Dias-Juiz	9.575	33,2	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	126.805	69,1	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.540	73,3	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	261.345	142,3	93,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.731	27,1	17,8
Incidentes Processuais Resolvidos	93.541	50,9	33,6
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

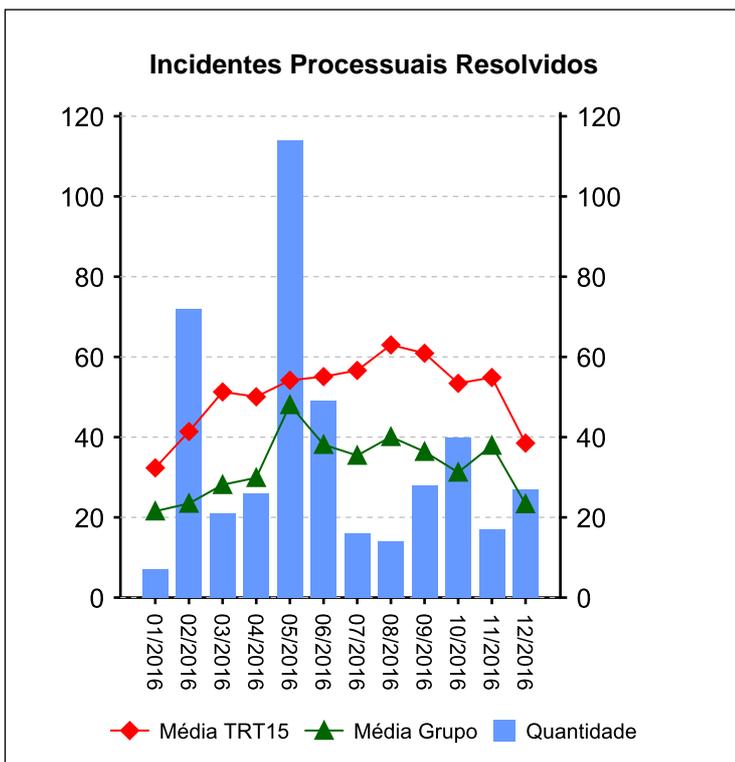
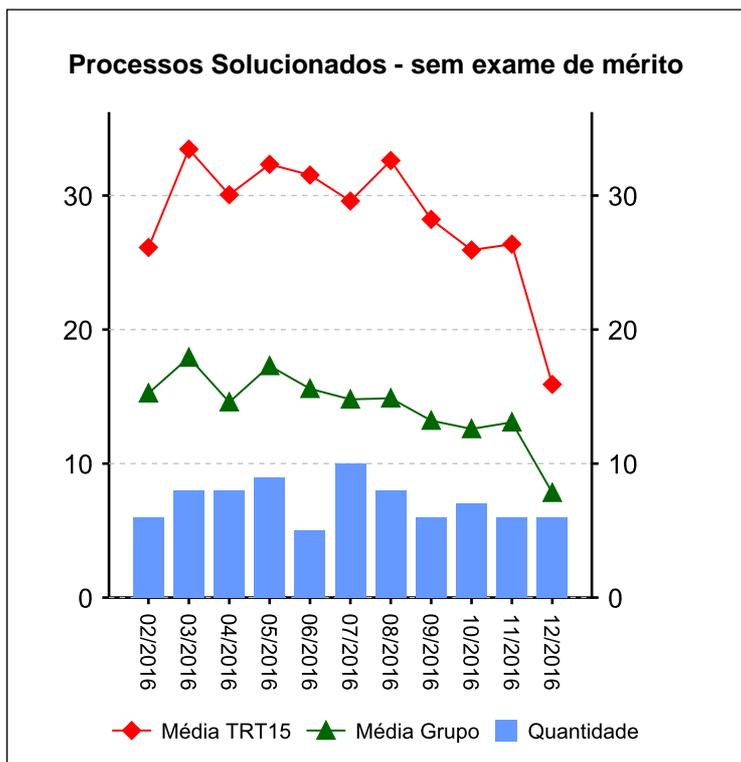
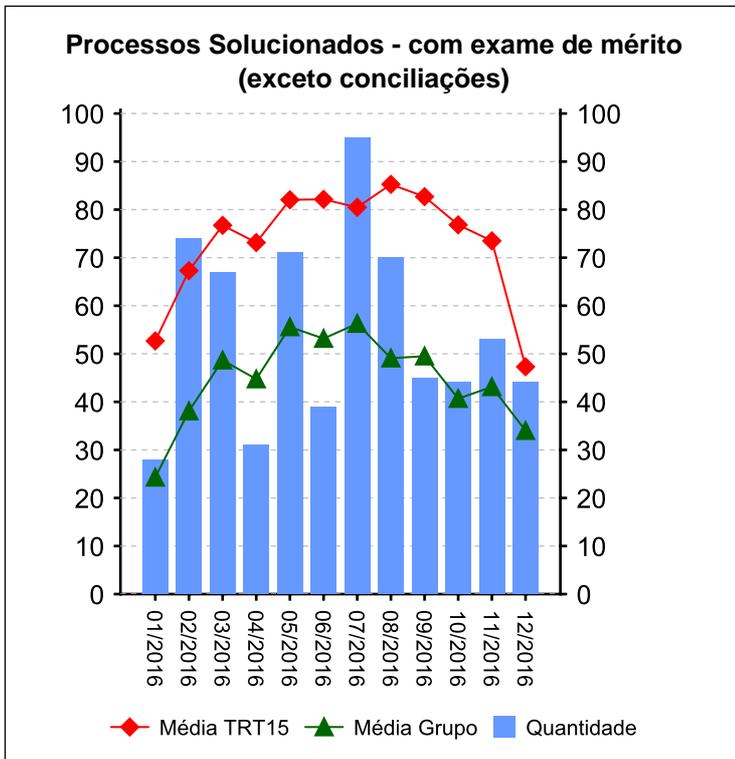
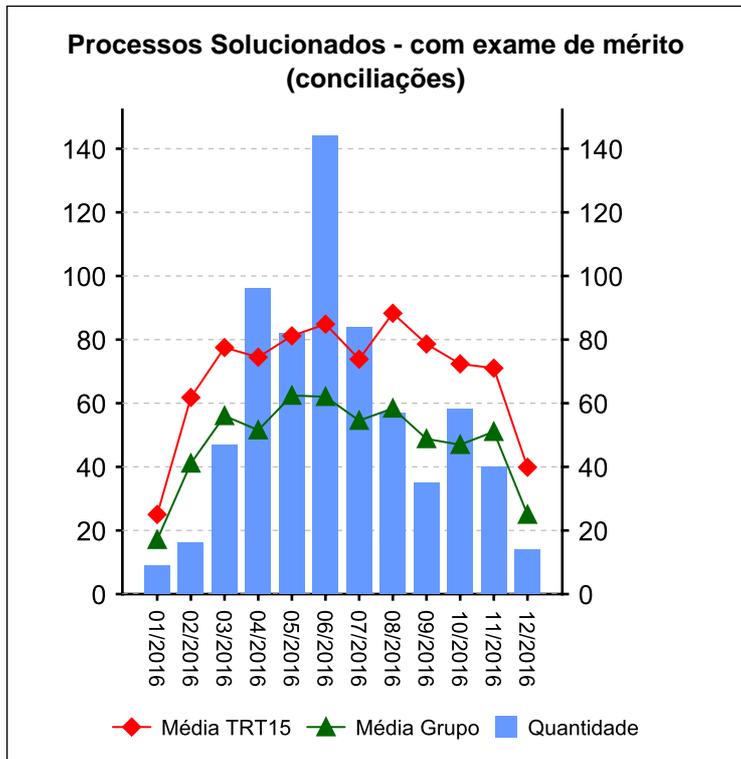
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Processos





## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.184	98,7	100,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	507	42,3	43,2
Sessões de audiência realizadas - una	1	0,1	0,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	125	10,4	10,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	97	8,1	8,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	508	42,3	43,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	222	18,5	18,9
Dias-Juiz	352	29,3	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	11.612	48,4	36,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	8.560	29,7	26,8
Sessões de audiência realizadas - una	14.910	51,8	46,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	3.503	12,2	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	3.177	11,0	10,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	23.470	81,5	73,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	6.680	23,2	20,9
Dias-Juiz	9.575	33,2	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	124.172	73,4	44,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	88.811	48,4	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	153.619	84,2	55,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	29.020	15,8	10,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	30.541	16,6	11,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	242.430	132,0	87,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	59.561	32,4	21,4
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

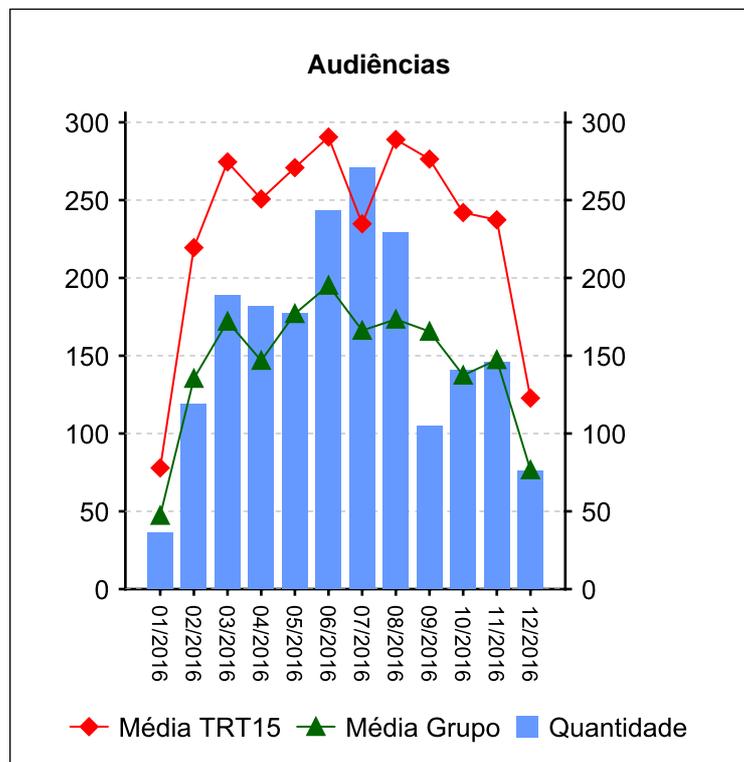


## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

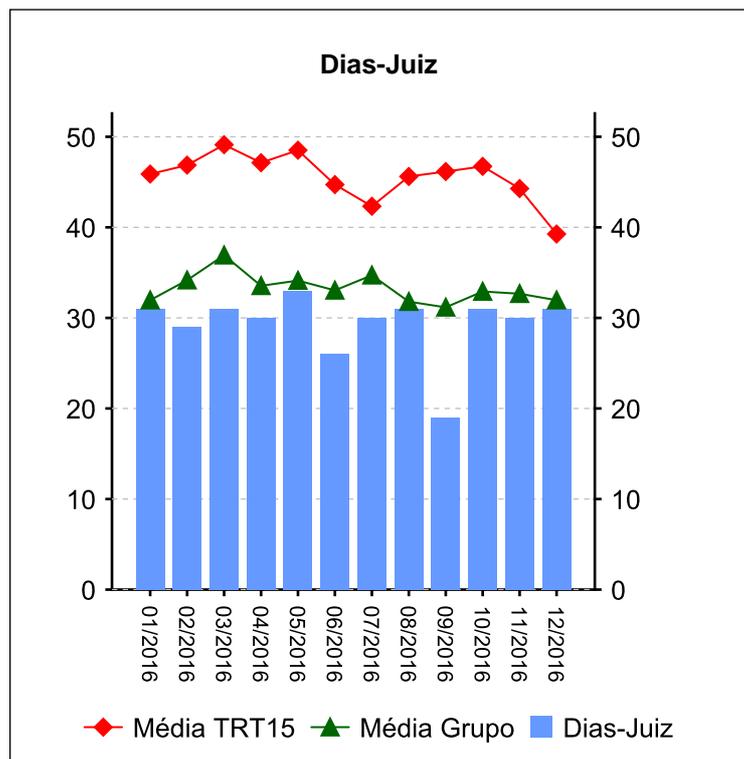
[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2016	1	2	21	12	0	36
02/2016	3	7	76	33	0	119
03/2016	9	12	118	50	0	189
04/2016	7	6	127	41	1	182
05/2016	4	8	123	42	0	177
06/2016	34	15	148	46	0	243
07/2016	38	4	189	40	0	271
08/2016	7	11	129	82	0	229
09/2016	3	17	42	43	0	105
10/2016	8	6	84	43	0	141
11/2016	5	7	83	51	0	146
12/2016	6	2	44	24	0	76
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>97</b>	<b>1184</b>	<b>507</b>	<b>1</b>	<b>1914</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2016	31
02/2016	29
03/2016	31
04/2016	30
05/2016	33
06/2016	26
07/2016	30
08/2016	31
09/2016	19
10/2016	31
11/2016	30
12/2016	31
<b>Média Mensal</b>	<b>29,3</b>



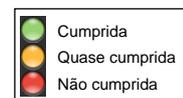
## 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

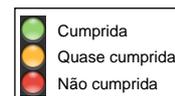
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
1464	1422	42	122	118	97 %



### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

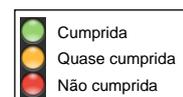
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1046	941	1078	0	118	30	25 %	100 %



### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
348	432	0	29	36	100 %





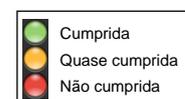
## 11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

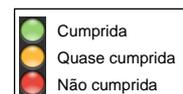
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
0	0	0	0	100 % 



### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
157	116	154	100 % 





**12 - ARRECADAÇÃO [03/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 51.930,52	R\$ 643.153,36	R\$ 44,24	R\$ 1.323.788,54



### 13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
1.171	1000 a 1500 processos	11-12	8	8* até 2016 (10 a partir da mudança de grupo)

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho estava dentro dos parâmetros previstos na referida Portaria quando de sua edição (média trienal 2013 a 2015 foi de 985 processos ano). Em janeiro de 2017 houve alteração de faixa processual em decorrência da nova média trienal (2014, 2015 e 2016) de demandas, e a Unidade superou a marca de 1000 processos por ano. Dessa forma, o quadro ideal de servidores, pela Resolução nº63/2010 do CSJT, passa a ser considerado de 11 a 12 servidores (excetuados os Oficiais de Justiça), e mesmo com a aplicação do referido redutor neste Regional, a Vara do Trabalho de Tupã estaria com quadro aquém do ideal de 10 servidores (atualmente com 8 servidores).

### 14 – ACERVO DA UNIDADE:

#### 14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 23/01/2017)

	PJe*		SAP**
Data de corte:	23/12/2016	Data de corte:	23/12/2016
Saldo:	07	Saldo:	11
Data do mais antigo	10/11/2016	Data do mais antigo	10/11/2016
		<b>Total:</b>	<b>18</b>



## 14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho.

No último relatório disponibilizado, com dados até 31/12/2016, é possível verificar os índices da Unidade, destacando-se seu índice geral de 0,50. Observa-se que esse resultado, entretanto, ainda não considerou a mudança de grupos mencionada no item anterior, cujos reflexos passarão a ser perceptíveis nos próximos relatórios.

De toda forma, ainda considerando o último relatório, as taxas de congestionamento no conhecimento (TCC) se mantiveram praticamente estáveis nos últimos meses, próxima do índice atual de 0,33. A taxa de conhecimento na execução, por sua vez, apresentou pequena elevação, de 0,39 a 0,43.

A variável comparável “acervo” chegou a 0,61 no relatório de dezembro, indicando pequena elevação no último trimestre, assim como o “prazo médio do início ao encerramento da liquidação” (de 0,29 a 0,37), e o índice “pendentes de solução” que desde a última correição subiu de 0,45 para 0,90. Em que pese a atenção que a elevação desses índices desperta, há que se considerar que em razão da recente mudança de grupos (está **enquadrada no grupo 1001 a 1500 processos por ano**, a partir de janeiro/2017), nos próximos relatórios podem haver mudanças significativas a serem ainda interpretadas para definição dos melhores métodos de trabalho e áreas que merecem maior atenção na Unidade.

Por outro lado, como registrado no item 14.1, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias, fato que é reconhecido por esta Corregedoria.

## 14.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS:

*(informação da Unidade em 23/01/2017)*

Não há diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G) ou diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G e PJ-e).



**15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**15.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processse-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010563-54.2016.5.15.0065, 0010940-25.2016.5.15.0065, 0011000-95.2016.5.15.0065;

**15.2** – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 25/01/2017, verificou-se a existência de 649 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010039-91.2015.5.15.0065, 0010689-41.2015.5.15.0065 e 0010082-91.2016.5.15.0065;

**15.3** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010612-66.2014.5.15.0065, 010264-14.2015.5.15.0065, 0010217-40.2015.5.15.0065;

**15.4** – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora; pois o Magistrado adota o procedimento do incidente de desconsideração da Personalidade Jurídica (arts. 133 a 137 do CPC);

**15.5** – há audiências designadas em 03 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 01/08/2016 a 03/02/2017;

**15.6** – inclui na pauta de audiências de conciliação alguns processos na fase de execução – foram realizadas 97 no período de 01/2016 a 12/2016;

**15.7** – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além



do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

## **16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:**

### **16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:**

Como brevemente indicado no item 14.2, a Unidade apresenta índice de 0,90 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se inseria até 12/2016.

Conforme item 10 da presente Ata, a Unidade contou com média de 29,3 dias-juiz nos últimos doze meses, ligeiramente abaixo da média do grupo (30,5 dias-juiz).

Não obstante, observa-se que proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (58,1- RARIA) superior à média de referido grupo (42,6- RARIA) e do Tribunal (45,5- RARIA). Considerando ainda a totalidade de feitos solucionados com exame de mérito, a média da Vara de Tupã foi de 114,5 (RARIA), consideravelmente superior à média do grupo (72,8- RARIA).

Esses resultados, em comparação aos obtidos na Correição passada, demonstram aumento na quantidade de feitos solucionados. Destaca-se que as Metas foram quase todas cumpridas, sendo que apenas as Metas 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) não foi plenamente atingida, com índice de 97% de cumprimento (item 11). Possível que o resultado decorra do aumento de feitos distribuídos no último ano.

De todo modo, é interessante observar que mesmo com o aumento no número de demandas, e menor disponibilidade em “dias-juiz”, os prazos médios da Unidade caíram em comparação com os registrados na última Ata de Correição: exemplificativamente, o prazo do ajuizamento até o encerramento da instrução foi reduzido de 127 para 112 dias, e o prazo do ajuizamento até a sentença caiu de 139 para 112 dias, enquanto o prazo da conclusão até a prolação de sentença foi encurtado de 17 para 8 dias.



## 17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DATA PRIMEIRA VAGA	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	14/03/2017	0	50 dias*
UNAS	-	-	
INSTRUÇÕES	16/03/2017	0	
CONCILIAÇÃO	26/01/2017	0	
MEDIAÇÃO	-	-	

Foi informado pela Diretora que, na Unidade, quando da audiência inicial, verificada a necessidade de prova pericial, eventual audiência de instrução apenas será marcada após a perícia e informação sobre necessidade de prova em audiência (o feito permanece fora de pauta até esse momento).

Informaram também que processos envolvendo órgãos públicos são excluídos de pauta.

### 17.1 – COMPOSIÇÃO DA PAUTA

(fonte: Vara do Trabalho)

#### 17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						-
	tarde						
terça	manhã						
	tarde		10	04	02		16
quarta	manhã						
	tarde		10	04	02		16
quinta	manhã		05	04	01		10
	tarde						
sexta	manhã						-
	tarde						



### **17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:**

A gestora informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, não havendo na Unidade servidor capacitado pela Escola Judicial para sua realização.

Reitera-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

Verifica-se, entretanto, a existência de vagas para audiências de conciliação na pauta do Juiz Titular.

### **17.1.4 – ANÁLISE:**

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade realizou nos últimos 12 (doze) meses menor média de audiências unas e de instrução (43,3 – RARIA) se comparada com a média mensal do grupo (60,4 – RARIA), bem como com a média do TRT (133,8).

Considerando o recente aumento de demandas na Vara do Trabalho de Tupã, bem como a informação da Unidade sobre haver processos cujo agendamento de audiências de instrução ocorrerá apenas após realização de prova pericial, recomenda-se que o Juízo analise a viabilidade de incrementar a pauta de audiências, assim como já na audiência inicial designar a futura audiência de instrução – ainda que eventualmente seja excluída de pauta se desnecessária – com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

## **18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15**



Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas nº 01, 02 e 07 de 2016, da Circunscrição de Presidente Prudente. Verificou-se ainda retirada de 02 bens da hasta de nº 02/2016 (por impossibilidade de alteração do valor do imóvel penhorado por outro juízo, outro por antecipação de tutela em ação de embargos de terceiro).

## **19 – RECOMENDAÇÕES:**

**19.1** – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

**19.2** – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários.

## **20 – DETERMINAÇÕES:**

**20.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfig.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfig.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial ([sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3 GP.CGJT de 2013;

**20.2** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

**20.3** – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor - RPV, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

**20.4** – continuar priorizando a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;



**20.5** – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente a Meta 01 do CNJ (julgar maior quantidade de processos que os distribuídos no ano) que, conforme registro no item 11 desta Ata foi quase cumprida (97%) no último ano;

**20.6** – escolher e indicar os demais membros do trio gerencial, conforme Portaria GP-CR nº 25/2013;

**20.7** – incluir na divisão das equipes os servidores Márcia Regina Bombarda de Pontes e Paulo Roberto Dessy Martinez, no prazo de 05 dias, conforme estabelece a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, uma vez que não foram relacionados no formulário respondido e enviado pela vara, além de organizar a equipe de conhecimento para que sua orientação não dependa exclusivamente da Diretora – que deve desenvolver suas funções gerenciais e coordenar todas as equipes globalmente;

**20.8** – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

**20.9** – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

**20.10** – que os Oficiais de Justiça utilizem regularmente a ferramenta, e que a unidade utilize regularmente as ferramentas SIMBA, INFOSEG, SERASA, INFOSEG e PROTESP, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

**20.11** intensificar a realização de audiências de conciliação/mediação nas diversas fases do processo, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

**20.12** – observar o disposto no art. 5ª, do §1º, da Resolução Administrativa nº 4/2017, deste Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, nos seguintes termos: “São inaplicáveis à Justiça do Trabalho as normas relativas à conciliação e mediação extrajudicial ou pré-processual previstas no NCPC, como estabelecido no parágrafo 6º do artigo 7º da Resolução CSJT nº 174/2016”.

## **21 – PROCESSOS ANALISADOS (pesquisa à distância em 31/01/2017):**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO n°	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011512-78.2016.5.15.0065	Processo na tarefa aguardando audiências, porém, a audiência designada para 18/04/17 foi cancelada em 09/01/17 por se tratar de Órgão Público.	Encaminhar para tarefa "aguardando cumprimento de providência" na subcaixa de quinzena correspondente ao final do prazo para contestação – há outros casos semelhantes, todos no mês de janeiro – todavia, <b>registra-se a necessidade de manter na tarefa apenas os feitos que aguardam audiência.</b>
2	0010861-46.2016.5.15.0065	Processo com tramitação prioritária, na tarefa "aguardando término dos prazos": verifica-se que da ata de audiências, as partes saíram cientes do encerramento da instrução, com conclusão do feito: ocorre que foi expedida notificação com prazo de 16 dias, sendo esse o prazo pendente	<b>Observar a imediata conclusão ao Magistrado, não havendo, salvo melhor juízo, necessidade para notificar e aguardar decurso de prazo se o feito estava apto a julgamento.</b>
3	0010399-89.2016.5.15.0065	Processo "aguardando término dos prazos" desde 19/08/2016, com prazo vencido desde 12/12/2016 (cumprimento de acordo e comprovação de recolhimentos)	mais adequado o controle desse prazo na subcaixa de quinzena na tarefa "aguardando cumprimento de acordo ou pagamento" para a célere tramitação após seu vencimento. Há outros casos cuja gestão de prazos seria facilitada na subcaixa de quinzena em "aguardando cumprimento de providência", exemplificativamente, processo n° 0010559-51.2015.5.15.0065 (aguarda cumprimento de Precatória Inquiratória – há prazo aberto em "expedientes" desde 22/07/2016 pela ausência de ciência, mas aguarda audiência designada para 02/05/2017)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



4	0010633-71.2016.5.15.0065	Processo na tarefa "aguardando término dos prazos" desde 08/09/2016	Em se tratando de feito extinto, deve ser arquivado
5	0010820-16.2015.5.15.0065	Processo na tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2017-01 Janeiro - 2ª Quinzena"	Verificar se apto para ser arquivado, pois em audiência em 30/11/2016 houve conciliação e foi mencionada a entrega de bens para satisfazer o crédito.
6	0010124-77.2015.5.15.0065	Processo na tarefa "aguardando término dos prazos" desde 03/12/2016, no entanto, não se verifica prazo aberto.	Dar prosseguimento ao feito, nos termos do despacho id c9cbb33.
7	0010397-22.2016.5.15.0065	Processo na tarefa "concluso ao magistrado – liq" desde 25/01/2017 – sem movimento de conclusão ao respectivo Magistrado.	Regularizar a tramitação, com a efetiva e imediata conclusão ao magistrado tão logo esteja apto a ser decidido. Observa-se a existência de outro processo em situação semelhante.
8	0000768-42.2012.5.15.0072	Processo na tarefa "Aguardando Cumprimento de Providência – Exec", subcaixa "02. Solicitação Bacen", com resposta negativa do Bacen desde 15/12/2016.	Tramitar regularmente o feito.
9	0010010-41.2015.5.15.0065	Processo na tarefa "Aguardando audiência-Exec", mas não há audiência a ser realizada (a última ocorreu em 30/03/2015 e no despacho mais recente se determinou inclusão do bem em hasta oportunamente).	Tramitar regularmente o feito e zelar para que permanecem em referida caixa de tarefa exclusivamente processos que aguardam audiência.
10	0000229-63.2013.5.15.0065	Processo na tarefa "aguardando vencimento dos prazos" desde 17/09/2016, no entanto, sem qualquer prazo em aberto.	Dar prosseguimento ao feito, e intensificar a gestão dos feitos cujos prazos já decorreram, mas permanecem nessa tarefa, procedendo à retirada da tarefa manualmente, se necessário.
11	0011500-84.2004.5.15.0065	Processo remetido ao arquivo (RMA), no entanto, ainda pendente de solução na fase	Regularizar os lançamentos das ocorrências para baixa dos feitos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



		de conhecimento (variável 342 do e-gestão). Constatou-se ausência de ocorrência “ARQ – arquivamento”. De forma semelhante o nº 0000376-94.2010.5.15.0065, remetido ao arquivo (RMA), sem lançamento da ocorrência “ARQ – arquivamento” após o desarquivamento (DSA – em 21/07/2014).	
12	0017300-69.1999.5.15.0065	Processo na ocorrência “BDT – registrada inclusão de dados no BNDT” desde 27/09/2016	Determina-se o prosseguimento do feito, com a conclusão para deliberação ou para cumprimento dos atos já eventualmente determinados, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular nº 01/2016-CR.

## 22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

Com o quadro reduzido, em 2017 as equipes ainda têm apenas um integrante (liquidação: Soraia R.S. Kawano - Calculista; execução: Antonio Balbo - Assistente da Diretora); conhecimento ainda orientado pela Diretora, com um servidor no pré-pauta (Roberto Mitsuo Kawano - Executante) e uma no pós pauta (Giseli Martins Riodrigues Mallio – Secretária de Audiências).

No entanto, há servidores fora de equipes: Paulo Roberto Dessy Martinez (executante – atua em atendimento, malotes, arquivamentos físicos) e Márcia Regina Bombarda de Pontes (FC2- auxilia tanto as perícias e notificações devolvidas no conhecimento, como na liquidação e execução – guias e alvarás).

No que diz respeito ao método concentrado, por haver apenas 1 servidor em cada equipe, segundo a Diretora, "algumas vezes não é possível que ele mesmo dê cumprimento de forma imediata", fragmentando atos processuais.

A Unidade deverá cumprir a regulamentação da Corregedoria quanto à separação por



equipes, devendo a Diretora de Secretaria, se abster de inclusão em uma equipe específica para que possa atuar de forma mais concisa no gerenciamento da Unidade como um todo.

Orientou-se, ainda, o trabalho no método concentrado, como meio de otimização das tarefas e obtenção de resultados mais positivos para a Unidade.

### **22.1 – Equipe de Conhecimento**

A Diretora da Unidade participou da reunião da equipe de conhecimento, como coordenadora da equipe, justificando sua participação na equipe pela carência de servidores no quadro. Ressaltou-se a necessidade da adequação na forma da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012;

Em relação ao procedimento de nomeação de peritos na fase de conhecimento, a equipe informou que a nomeação é feita na primeira audiência, com a intimação posterior do perito acerca da nomeação e dos prazos. Não há arbitramento de honorários prévios pelo Juízo – somente após sentença há condenação em honorários periciais, com determinação de depósito ou requisição ao TRT.

A Corregedoria orienta a não intimação do perito por notificação ou por e-mail, cabendo ao “expert” o acompanhamento de nomeações pelo painel do usuário do PJ-e.

A respeito das intimações eletrônicas, a devedores repetitivos, já sugerida em Ata de Correição passada, reiterou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes, cujo contato com o departamento jurídico ou com os advogados possibilitaria a adoção da prática.

### **22.2 - Fase de Liquidação:**

Mais especificamente sobre os cálculos de liquidação, relataram que não é feita notificação da reclamada para apresentação de cálculos e depósito do que entende devido simultaneamente, esclarecendo que as reclamadas, por não quererem proceder ao depósito, não apresentavam os cálculos, aumentando o trabalho da Secretaria.

Informou, a Diretora da Secretaria que, embora haja processos aptos à migração para o PJ-e, os mesmos são mantidos como processos físicos a fim de possibilitar a execução de algum serviço pelos servidores da unidade, quando o PJ-e ou a internet, o que ocorre com frequência, ficam indisponíveis. Orientou-se a migração dos processos aptos para o PJ-e, atribuindo outros tipos de tarefas na Unidade, quando da indisponibilidade do sistema, com vista a melhor execução de tarefas



em uma única plataforma, objetivando a celeridade.

Por fim a equipe Correicional orientou a criação no Pje, de caixas de processos que aguardam vencimento de prazo, com o formado aaaa/mm/quinzena;

### **23.3 - Fase de Execução:**

Quanto às requisições de pequeno valor - RPV – foi informado que é procedido o cadastro no SAP.

Verificou-se, que a Unidade conta com dois Oficiais de Justiça, porém, um deles afastado para tratamento de saúde há vários meses, ocasionando a destinação de todo o trabalho para o outro Oficial, o que prejudica, até mesmo o gozo de férias por esse servidor.

### **23.4 - Trio Gestor**

A Unidade continua sem 3º integrante do trio (após Res.165/2016 CSJT); A gestão da Unidade fica apenas a cargo da Diretora e seu substituto imedito. Em eventual emergência, o OFJ Carlos S Caldeira atuaria o substituto não oficial por sua experiência como diretor.

Os temas tratados com as equipes foram sintetizados e expostos, com as principais orientações para saneamento de inconsistências identificadas e otimização dos fluxos de trabalho.

Registra-se que, aparentemente, há integração entre os servidores.

Sobre a adequação do quadro de servidores, a Vice-Corregedora oportunamente se reunirá com a Secretaria de Gestão de Pessoas na busca de solução – destacando que o efeito para a instituição é maior quando a medida é conjunta e não apenas uma solução de contorno internamente adotada.

## **23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

A Exma. Desembargadora Vic-Corregedora Regional atendeu aos Ilmos. Advogados Ary Prudente Cruz, OAB 99.031, Ary Delazari Cruz, OAB 123.663, Márcio Delazari Cruz, OAB 251.636, Vinicius de Araújo Gadolfi, OAB 248.379 e Cássio Fernando Fatarelli Lopes de Araújo, OAB 326.879, que fizeram elogios ao Exmo. Juiz Titular, Dr. Pedro Marcos Olivier Sanzovo, no trabalho de excelência prestado àquela Unidade, sempre em busca da celeridade e efetividade, com



cordial tratamento aos jurisdicionados e aos advogados. Destacaram, ainda a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela Diretora de Secretaria, Aline Bielawski e dos demais servidores da Unidade.

Frizou, a Exma. Vice-Corregedora, a importância do trabalho colaborativo dos advogados com Juizes e servidores e que todos fazem parte de um todo.

## **24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**24.1** – Houve designação do Juiz Substituto Mozart Luis Silva Brenes, para, no período de 13 de abril a 12 de maio de 2016, substituir o Juiz Titular, em virtude de férias; da Juíza Substituta Andreia Nogueira Rossillo de Lima, para, no período de 28 a 30 de junho de 2016, substituir o Juiz Titular, em virtude de licença-saúde; e da Juíza Substituta Tábata Gomes Macedo de Leitão, para, no período de 17 de agosto a 04 de setembro de 2016, substituir o Juiz Titular em virtude de férias.

**24.2** – O MM. Juiz Titular reside na jurisdição. A Exma. Desembargadora, Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com Exmo. Juiz Titular, que informou a situação no quadro de servidores, principalmente com relação aos Oficiais de Justiça, contanto da Unidade com o trabalho de apenas um Oficial, uma vez que o outro se encontra em licença para tratamento da própria saúde, com enfermidade que se estende por vários meses, bem como informou acerca das precariedade do sinal de internet na Unidade, prejudicando os trabalhos na Secretaria, ainda mais, no que diz respeito ao PJ-e. Requer atenção dos setores competentes no TRT. A Exma. Desembargadora comprometeu-se levar adiante as reivindicações.

Acerca das audiências de mediação, esclareceu o Exmo. Juiz Titular, que tem obtidos ótimos resultados com as audiências de conciliação colocadas em pauta. A Exma. Vice-Corregedoria ressaltou a importância e os bons resultados das mediações.

**24.3** – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**24.4** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora de Secretaria, com a anuência do Juiz Titular, ou seu substituto, se o caso, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4449/2016.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



## **25 – ENCERRAMENTO:**

No dia 07 de fevereiro de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.